



Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL **# 85**

JAN|FEV|MAR| 2011 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

RETRATO
DO PORTUGAL AGRÍCOLA
O QUE PRODUZIMOS!
O QUE CONSUMIMOS!



DOSSIER 4

Devemos Apostar e Especializar-se Naquilo em que Somos Competitivos
Francisco Avillez | Professor Emérito do ISA

A Agricultura Portuguesa Atravessa a Maior Crise dos Últimos Trinta Anos
Pedro Lynce | Deputado do Partido Social Democrata

O País Precisa de Um Banco Público de Terras
Pedro Soares | Deputado do BE | Presidente da Comissão Parlamentar de
Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Alimentar Portugal
Miguel Freitas | Presidente da Federação do PS - Algarve

Produzir e Consumir Local, um Imperativo Nacional
Manuela Cunha | Membro da Comissão Executiva Nacional de "Os Verdes"

Agricultura e Mundo Rural Não Têm Obtido a Atenção Devida
Abel Baptista | Deputado do CDS/PP

SER JOVEM AGRICULTOR 18

Na Agro-Pecuária
Zélia Santos
Carlos Ramalho

ARTIGO TÉCNICO 20

Adubar Bem, Produzir Mais!
Pedro Cabanita | Gestor de Produtos Agrifertil

PUBLICIDADE 21

BREVES 22

Reintrodução do Sector Leiteiro é Aposta do PEB
AGRO 2011 com Fortes Apoios Institucionais

Reintrodução do Sector Leiteiro

Concursos Regionais de Raças Autóctones

PUBLICIDADE 23

JORNADAS TÉCNICAS DA AJAP 24

Motivação e Optimismo

LEGISLAÇÃO 26

PUBLICIDADE 27

PUBLICIDADE 28



RETRATO AGRÍCOLA

Firmino Cordeiro | Presidente da AJAP



Já lá vai o tempo em que tinha sentido a máxima popular: “mel é mimo, vinho é nobreza, azeite é riqueza”.

Hoje vastas aras de olival tradicional, de outras fruteiras e culturas, vêem o seu valor económico francamente depreciado e estão perfeitamente ao abandono. São os custos da mão-de-obra e dos diferentes factores de produção que à medida que foram subindo assustadoramente, também assistimos à estagnação das receitas. Já nem as mais-valias obtidas quando se opta pelo modo de produção biológico e os restantes subsídios no âmbito das políticas europeias têm sido suficientes.

Estamos de facto perante um dilema!!!!

A agricultura deve ser intensificada para alimentar 9 mil milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, os agricultores têm de reduzir o uso de pesticidas e adubos. A única solução para sair deste dilema é recorrer a processos inteligentes e aqui a técnica está actualmente mais avançada que a química. Por exemplo se falarmos de um bem escasso á escala mundial a água, Israel é campeão do mundo no tratamento e reutilização da água usada. 75% das águas industriais são tratadas e utilizadas na irrigação e rega automática das terras agrícolas, cobrindo 50% das necessidades.

Portugal não escapa a nenhum destes problemas, aliás alguns deles ainda são mais prementes, pois face ao abandono de inúmeras explorações e ao constante aumento do envelhecimento dos nossos agricultores, são necessárias medidas urgentes e necessárias para que os nossos consumidores passem a comer mais produtos portugueses. Para isso é necessário rejuvenescer o sector, é fundamental manter a actividade agrícola e as que lhe estão associadas nos locais mais remotos e desfavorecidos, quantas vezes originários de produtos únicos no mundo.

O melhor seria ainda sujeitar a nossa inteligência à força da Natureza através de uma melhor observação dos solos e dos campos e investigando as causas profundas dos nossos problemas.

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

Director Firmino Cordeiro

Coordenação Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

Paginação AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

Periodicidade Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



Instituto Português da Juventude, I.P.
juventude.gov.pt



DEVEMOS APOSTAR E ESPECIALIZAR-SE NAQUILO EM QUE SOMOS COMPETITIVOS

Francisco Avillez | Professor Emérito do ISA

Questões como o aumento dos preços dos factores de produção, do deficit da nossa balança alimentar e das fragilidades da agricultura portuguesa, são alguns dos traços mais impressionantes do retrato do Portugal agrícola que Francisco Avillez, amavelmente, nos deixa aqui, não sem o enquadrar no cenário europeu e mundial.

JA – Jovens Agricultores – A escalada dos preços das matérias primas alimentares colocou na ordem do dia a questão da nossa produção agrícola e do nosso crónico deficit alimentar. Há razões para preocupação ou para alarme?

Prof. Francisco Avillez – Indiscutivelmente, um dos grandes desafios com que, à escala mundial, vamos ser confrontados nas próximas décadas é a questão da segurança alimentar. Basicamente, porque a população mundial está a crescer, o nível de rendimento de grande parte dessa população também está a melhorar, os padrões de consumo estão-se a alterar e, portanto, o que vai acontecer é um aumento significativo da procura.

Aliás, neste momento, calcula-se, de acordo com as estimativas dos organismos internacionais que, à escala mundial, vamos precisar de produzir, até 2050, mais 70 por cento daquilo que produzimos neste momento.

É um desafio tanto mais complicado quanto persiste a convicção de que não vamos ser capazes de resolver o problema da segurança alimentar, se ao mesmo tempo não tivermos uma produção ambientalmente mais sustentável e também mais equilibrada do ponto de vista territorial. Trata-se de um desafio triplo, ou seja, temos de garantir a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio no território. O que vai exigir modificações muito profundas, quer do lado da oferta, quer da procura.

Esta é a questão estrutural. Do lado da procura, não se pode dizer aos chineses e indianos, como alguns dizem, que não podem aumentar ou melhorar os seus níveis de consumo, passando a consumir carnes e outros bens alimentares, devendo, pelo contrário, continuar no arroz, o que não faz sentido. Obviamente que as dietas alimentares dessas regiões e as dos países mais desenvolvidos vão ter de sofrer um ajustamento, no sentido de serem mais equilibradas.

JA – É uma questão de comer mais ou menos bife e mais ou menos arroz...

FA - De facto, existe, neste momento toda uma discussão sobre o que poderá ser o modelo de consumo com todos os exageros, que vão dos que acham que devemos passar a ser vegetarianos, a comer pílulas, até aos que consideram que devemos manter o mesmo nível de consumo existente actualmente.

Na verdade, quando se olha para os recursos é difícil conseguir garantir, a nível mundial, uma oferta suficiente. De qualquer maneira, a questão não é tão alarmante, do ponto de vista da oferta, como muitas vezes se afirma.

Quando se olha, a nível mundial, para as áreas que ainda estão disponíveis para ser agricultadas, elas são muito significativas, sobretudo na África e na América Latina. Portanto, é possível aumentar significativamente a área de produção agrícola e ao mesmo tempo melhorar expressivamente a produtividade dessas áreas. Podemos dizer que a margem de manobra do ponto de vista da oferta ainda é muito razoável para que possa haver aumento da produção mundial.

O problema da segurança alimentar, a meu ver, não se relaciona, principalmente, com a nossa capacidade ou não de produzir mais, mas tem a ver, sobretudo, com o poder de compra das populações para adquirirem bens alimentares.

JA – Mesmo quando se trata de aumentos da ordem dos 70 por cento?

FA – É evidente que estas projecções são sempre relativamente discutíveis, mas tenhamos em conta que temos ainda cerca de 2000 milhões de hectares de área adicional agricultável no mundo. Em parte, porque na UE tínhamos uma área grande em “set aside”, da ordem dos sete milhões de ha., mas, como o regime deixou de ser obrigatório, actualmente, já não é tão extensa. Depois, porque os americanos têm também em “set aside” 13 milhões de ha., no âmbito do seu programa de conservação. E, se agora adicionarmos 820 milhões de ha. na América Latina, dos quais 90 milhões no Brasil, 800 milhões de ha. na África subsariana, ficamos com muitos hectares, o que dá margem de manobra.

Evidentemente que temos de ter cuidado com esta leitura,

na medida em que estes hectares serão aproveitáveis, se existirem agricultores capazes de o fazer. Na América latina esta questão está, hoje, relativamente ultrapassada, porque, à medida que os preços vão evoluindo, tornando-as rentáveis, essas áreas estão a ser postas em produção, quer pelos agricultores locais, quer por empresários que vêm de fora e investem.

Em África, a questão é bastante mais complicada e delicada. Com a agravante que é, sobretudo em África, que se localiza grande parte da população que está em maior crescimento e que, neste momento, sofre de problemas alimentares graves.

E como se trata de populações com rendimentos muito baixos, para mim o problema da segurança alimentar é muito mais uma questão de pobreza do que de escassez de alimentos.

JA – Portanto, nesta altura, o problema é mais do lado da procura.

FA – Indiscutivelmente! Para já e nos próximos dez anos. Até porque já contamos com a experiência das últimas décadas no decurso das quais, quando foi preciso empenharmo-nos a sério para alterar as tecnologias com vista a aumentar a produtividade, conseguimos-lo fazer.

Como a certa altura, durante a década de 80 – 90, os preços dos produtos agrícolas e dos bens alimentares estiveram sempre muito baixos, as pessoas deixaram de investir de uma forma tão significativa, porque se achou que nunca haveria um problema de pressão por via dos preços. E esse é um dos elementos que explica a razão de, neste momento, não termos capacidade de resposta a uma situação estrutural de fundo, como o aumento da população, melhoria das condições de vida, alteração de modelos de consumo, bem como a situações conjunturais relacionadas com problemas climáticos, questões geopolíticas, etc. que vêm provocando perturbações.

Ora nós fomos agarrados numa situação de ciclos que acontece muitas vezes, em termos de subida de preços. Fala-se hoje muito da volatilidade dos preços. Obviamente que é uma questão que, neste momento, adquiriu uma dimensão significativa porque tivemos dois ciclos muito próximos, ou seja, o de 2007/ 8 e agora está a ocorrer outro, o que não costumava acontecer.

Esta é uma preocupação que toda a humanidade deve ter, nomeadamente, os governos, as organizações de produtores que terão de enfrentar a necessidade de responder a uma procura crescente de bens alimentares. O que é saudável para a produção, pois significa que vai haver um sistema de preços mais favorável do que têm sido até agora. Desde que os preços dos factores não cresçam mais do que os dos produtos. Porque os preços dos factores estão muito ligados aos preços do petróleo, como se verificou na última subida de 2007/8.

Há aqui uma conjugação de factores determinantes de uma situação que deve preocupar o Governo, pois trata-se de uma questão central que é a de garantir a segurança alimentar. Que não se resolve com grandes alarmismos, mas se põe nestes termos: há ou não capacidade de resposta?

JA - De acordo com dados do INE, o deficit da nossa balança alimentar, terá aumentado quase 24 por cento, ao longo da última década. Que leitura faz da nossa crescente dependência alimentar?

FA – Não conheço bem esses números, mas não acho que a nossa situação, do ponto de vista de balança alimentar, se tenha deteriorado, nas últimas duas décadas.

Considero que se deteriorou em relação a alguns produtos que os consumidores portugueses passaram a consumir, contrariamente ao que antes sucedia. Hoje em dia, consomem, o ano inteiro, uma data de frutas que não temos condições para produzir fora da época e que dificilmente podemos conservar por longos períodos; por outro lado, não podemos produzir mangas e tantos outros frutos que os consumidores portugueses se habituaram a consumir.

O que aconteceu, em termos de desajuste entre a nossa oferta e a nossa procura, é mais naquilo que nos é impossível responder sob o ponto de vista da oferta do que relativamente a alterações muito significativas. É evidente que, em relação aos cereais, baixou muito a área, aumentou muito a produtividade em termos médios, mas baixou a produção.

JA - O problema está, então, nos cereais e também na carne?

FA – De facto, os cereais e a carne continuam a ser problemáticos e acho que não há maneira de resolver a questão.

Não quero dizer que não possamos aumentar a produção de cereais, mas penso que é muito difícil de o fazer. Quando pensamos que estamos inseridos dentro de uma economia global e de uma EU que, em relação aos cereais, mesmo que esteja muito protegida face ao resto do mundo – e continua a estar! - tem uma oferta de tal maneira poderosa que faz com que os preços europeus estejam ao nível dos preços mundiais. A relação entre oferta e procura em termos comunitários é suficiente para que os preços estejam muito em baixo.

Com grandes protecções na fronteira em relação a produtos agrícolas, se calhar, conseguíamos produzir mais. Mas, se olharmos ao que aconteceu, quando, no início da nossa adesão à UE, tínhamos uma protecção muito elevada que depois foi sendo desmantelada ao longo do tempo. Reduziu-se substancialmente. Hoje, não produzimos muito menos do que, há vinte anos.

É que, de facto, não temos condições de solo, de clima para conseguirmos competir com os nossos parceiros comerciais,



ibéricos, europeus e mundiais. O que devemos é apostar e especializar-se naquilo em que temos mais condições para competir. No entanto, não quero dizer que não se justifique que, em relação a determinados sistemas de agricultura com um papel importante, sob o ponto de vista de ocupação do solo e da coesão económico-social, não devamos orientar alguns dos apoios para eles, de modo a garantir que essas zonas não vão ser abandonadas e se faça boa gestão dos solos e das águas.

Mas isso não se resolve através da protecção dos preços, mas por meio de outro tipo de apoios que são dados por hectare e orientados para manter determinado tipo de sistemas de ocupação e uso do solo que, do ponto de vista da Europa e de Portugal, sejam considerados como os mais interessantes, que em termos sociais, quer ambientais.

JA - Mas nesse cenário, o que podemos fazer para aumentar a produção?

FA – Temos de fazer uma coisa que também não fizemos nos últimos anos que é apostar muito mais na investigação e na experimentação. Ficámos um pouco na ideia que a investigação ao nível europeu, as casas comerciais e as marcas iam substituir esse papel. Foi indiscutivelmente um papel importante pois surgiram sementes com muito mais potencial genético, etc., mas perdemos a mão daquilo que são as nossas condições de solo, clima e daquilo que melhor se adequa à nossa realidade.

Evidentemente que há etapas a percorrer, mas, hoje em dia, já se estão a conseguir muitas coisas, como o aumento extraordinário da eficiência dos nossos sistemas de rega, pois temos condições para ser rentáveis na agricultura de regadio. O mesmo se diga em relação à capacidade das nossas sementes e plantas para tirar partido desses sistemas. Agora temos de ver como faremos tudo isso sem pôr em causa o ambiente e conjugando-o com apoios à manutenção doutros sistemas de agricultura em territórios que, não sendo viáveis economicamente, se justifica que se mantenham e sejam apoiados.

Podemos ganhar, em relação a muitos produtos, maior valor acrescentado, por exemplo, com uma melhor regulamentação das fileiras e melhor relação de forças entre produtores e os distribuidores. Podemos consegui-lo também, se houver maior estabilidade de preços, diminuindo assim a incerteza, mas são coisas que em boa parte a política pode fazer.

JA – Portanto, não está alarmado com a nossa segurança alimentar?

FA – Acho que não há um problema de segurança alimentar nos países desenvolvidos. Nem as repercussões sobre os

preços dos bens alimentares serão alarmantes. Obviamente para quem está ao nível da pobreza, qualquer aumento é sempre perigoso. Porque em termos médios nacionais, o que acontece nos países mais desenvolvidos é que o custo da alimentação no conjunto das despesas é já uma fracção relativamente reduzida e o conteúdo agrícola no valor do bem alimentar é muito pequeno. Por exemplo, agora fala-se imenso do preço do café. Ora o custo do café grão na bica é coisa ridícula, relativamente ao valor; se estamos a pagar um euro por um café - pode ser um exagero -, mas 90 por cento desse valor, tem muito pouco a ver com o preço do café.

O problema é grave nos países em desenvolvimento em que o custo da alimentação tem um peso enorme nas despesas de consumo, sendo que esse valor se forma muito na base de bens alimentares obtidos em mercados locais de proximidade e, portanto, ainda com pouca componente de montante, de agro-indústria e de distribuição.

Entendo que a segurança alimentar é um bem público com uma relevância enorme em Moçambique, mas não o é, de todo, para Portugal ou para a EU.

O que significa que não vejo razões para um intervencionismo para sustentar preços mais altos. Onde eu acho que há razões para haver intervencionismo, é muito mais para estabilizar preços.

JA – Se os preços dos factores de produção continuarem a aumentar, considera problemático que a nossa agricultura consiga inverter a presente tendência da balança alimentar?

FA – Se analisarmos o que aconteceu ao longo dos últimos 20 anos, em termo médios, os preços dos factores de produção cresceram menos do que os dos produtos. Os produtores do leite e da pecuária tem toda a razão em queixar-se nestas fases conjunturais, como o que está a acontecer com a escala dos preços dos cereais e das oleaginosas que são a base das rações. E, depois, isso nunca se repercute integralmente nos preços de venda da pecuária.

Até porque, na EU, os preços dos frutos vegetais já estão praticamente ao nível do preço mundial; aqueles que estão ainda acima, nalguns casos claramente acima, dos preços mundiais são os da pecuária. Sector este que está a ser fortemente penalizado por via do aumento das matérias primas para a produção de alimentos compostos para os animais, mas depois a repercussão não é tão significativa no produto final, porque os preços ainda estão muito protegidos, no seio da EU.

O que é mais grave neste contexto, tanto a jusante como a montante da produção, e por razões relativas a uma certa fragilidade do sector agrícola e ao modo como a opinião publica olha para o problema, é a forma como ocorre a subida

dos preços. Por exemplo, tivemos a grande subida dos preços dos cereais em 2007/8. Imediatamente houve uma campanha enorme que era indispensável subir o preço do pão e lá foram também os preços do pão, da farinha e das massas; em 2008/9 os preços das matérias primas reduziram-se drasticamente e, que eu saiba, não desceu preço nenhum do pão.

Há claramente um desajustamento entre o ciclo dos preços na produção, dos factores e no consumo final, sendo que estes últimos vão no sentido de penalizar o produtor. Se fizermos as contas, são os produtores que acabam por ser penalizados.

Numa economia de mercado isso resolve-se com maior organização dos produtores e, em meu entender, devemos apostar naquilo que temos condições para sermos competitivos. Por outro lado, temos de o fazer de forma a que seja o mais sustentável possível, do ponto de vista ambiental e o mais equilibrado possível em termos territoriais. Temos também de apostar em sistemas de ocupação do solo cujo objectivo principal não seja produzir de forma viável, mas evitar o abandono, gerindo melhor o solo, a paisagem e a biodiversidade que é, no fundo, a aposta da reforma da PAC.

JA – A reforma da PAC, em negociação em Bruxelas, deixa-lhe esperança de resolver o dilema do abandono e da eficiência e competitividade da agricultura portuguesa?

FA – O documento que a Comissão apresentou em Novembro passado é globalmente interessante e favorável à agricultura e ao mundo rural portugueses.

Agora tudo depende de como é que a questão orçamental vier a ser resolvida. Será que se vai manter o mesmo orçamento agrícola, uma das grandes apostas daquele documento vai no sentido de dar maior equidade e maior legitimidade às ajudas directas, porque há diferenças imensas entre os diversos Estados membros. Nós temos uma ajuda directa, por hectare de SAU média, em Portugal, de 174 euros, quando a média europeia é de 266 euros, mas existem países na EU que têm mais de 500/600 euros e outros apenas 70/80. Daí a dificuldade de tornar mais equitativa essa repartição.

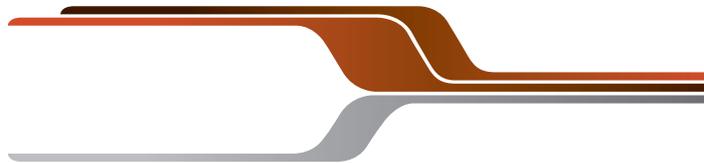
Inicialmente falava-se que passaria a haver uma ajuda única, igual à média, mas toda a gente começou logo a dizer que “nem pensar nisso”. Todos os Estados membros dizem que tem de se repartir mais equitativamente, mas desde que não seja à custa deles. Se o orçamento é o mesmo, tem de se ir buscar o dinheiro a algum lado. Neste momento fala-se que vai haver um mínimo do apoio definido que, se for 80 por cento da média, significa que um Estado membro, como Portugal, vai beneficiar bastante, pois se trata de 213 euros por hectare de SAU.

A segunda questão tem a ver com o modo como vamos usar esse dinheiro. Porque, se há grandes diferenças entre os diversos Estados membros, há ainda mais diferenças entre as nossas explorações agrícolas, sobretudo em termos de orientação produtiva. Por exemplo, um produtor de tomate para indústria recebe uma ajuda por ha. dezenas de vezes superior a um produtor de vinho; um produtor de arroz muito mais do que um produtor de cereais de sequeiro, etc. Se quisermos apostar num valor médio nacional também vamos ter imensos problemas.

A proposta da Comissão trouxe ainda de adicional a questão da legitimidade, o que na prática significaria apostar em pagamentos que tenham por objectivo as questões ambientais e sociais, de modo a apoiar mais os pequenos agricultores, as regiões desfavorecidas, os sistemas de ocupação do solo que produzem bens públicos ambientais, biodiversidade, gestão da água e do solo, etc.

Se o dinheiro que ficar para Portugal for superior ao existente neste momento, se for repartido de forma interna mais equilibrada, então, acredito que o resultado possa vir a ser positivo para o futuro da nossa agricultura e do mundo rural. Se tivermos o mesmo dinheiro ou menos e se não apostarmos noutras coisas que não seja apoiar os rendimentos daqueles que já têm mais competitividade - que é um bocadinho aquilo que fazemos neste momento - é obvio que a situação não se vai alterar significativamente. Antes pelo contrário, vai-se agravar.





A AGRICULTURA PORTUGUESA ATRAVESSA A MAIOR CRISE DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

Pedro Lynce | Deputado do Partido Social Democrata

O indicador mais realista sobre o período de crise que vivemos é o decréscimo constante do rendimento dos agricultores, cujas consequências mais visíveis são o envelhecimento da classe, a redução da produção e a desertificação do interior do País.

Para esta situação muito contribui a ausência duma Política Agrícola Nacional, com objectivos bem definidos, limitando-se o Governo do Partido Socialista a distribuir os fundos comunitários provenientes de Bruxelas, sem atender às necessidades da agricultura portuguesa, e com atrasos consideráveis.

Desde Novembro de 2009 que o PSD alertou o Ministro da Agricultura para a necessidade de alterar com urgência o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), face à concepção totalmente desajustada das necessidades da agricultura nacional, à complexidade administrativa das candidaturas,

ao atraso na sua implementação e à mais baixa ajuda dada aos agricultores através de quaisquer Quadros Comunitários de Apoio, condições hoje agravadas pelo custo do crédito disponível para a agricultura.

O Governo manteve-se insensível aos apelos do PSD, limitando-se a pequenas simplificações administrativas, mantendo erros de base, designadamente a falta de apoio à produção de cereais e à pecuária extensiva, matérias-primas de elevado valor para a economia nacional e mundial.

Hoje o Ministro apela ao aumento da produção cerealífera, quando todos sabemos que a sua produção só é viável quando integrados num sistema de agricultura agro-pecuário, enquadrados numa agricultura sustentável, cujo apoio através das medidas agro-ambientais não é possível pois as verbas estão totalmente comprometidas.



Entretanto, a decisão do Ministro da Agricultura de suspender as candidaturas para os jovens agricultores, com base na ausência de projetos exigentes, não é mais do que o reconhecimento público do Estado negligente e incompetente, como o Governo Socialista preparou o PRODER.

Por outro lado, a gestão das verbas destinadas ao apoio ao rendimento dos agricultores, se por um lado tem havido uma maior eficiência na sua utilização ao longo do tempo, não deixamos de lamentar as penalizações sofridas por deficiente controlo, efectuado em 2006/07 e 2007/08 no valor de 46 e 122 M € respectivamente, com a ameaça de novas penalizações em 2008/09, uma vez que as razões invocadas se mantêm. Ainda que estejamos solidários com a defesa que o Governo apresenta em Bruxelas, no que se refere às verbas indicadas, procurando atenuar estas penalizações, não podemos deixar de responsabilizar o Governo Socialista pela desastrosa governação seguida no sector.

É tempo de dizer chega, e cada um assumir as suas responsabilidades!

Não nos basta atirar com percentagens das taxas de execução, pois na situação de crise em que nos encontramos só uma execução de 100% nos poderá dar algum alento...

“Hoje o Ministro apela ao aumento da produção cerealífera, quando todos sabemos que a sua produção só é viável quando integrados num sistema de agricultura agro-pecuário, enquadrados numa agricultura sustentável, cujo apoio através das medidas agro-ambientais não é possível pois as verbas estão totalmente comprometidas.”





O PAÍS PRECISA DE UM BANCO PÚBLICO DE TERRAS

Pedro Soares | Deputado do BE | Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Os preços internacionais dos produtos agrícolas básicos voltaram a atingir valores máximos recorde no mês de Fevereiro. O crescimento do consumo e os imprevistos meteorológicos não explicam tudo, longe disso. Os mercados agro-alimentares tornaram-se num verdadeiro casino, por acção dos mesmos bancos e fundos especulativos que levaram à crise do “subprime”, e a realidade é cada vez mais nua e crua: vivemos um sistema desregulado e financeirizado que não consegue garantir preços estáveis e acessíveis para bens essenciais, mas está a gerar uma nova bolha especulativa que encara os produtos alimentares como um qualquer activo financeiro.

Esta volatilidade dos preços dos cereais, da soja, das oleaginosas, do açúcar e de muitos outros produtos agrícolas afecta fortemente países que, como Portugal, dependem em grande medida das importações para se abastecer. A enorme fragilidade do País face às variações especulativas constitui já um dos lados mais dramáticos das múltiplas consequências do abandono e da desvalorização política, social e económica a que a nossa agricultura e os nossos agricultores têm estado sujeitos há mais de duas décadas. Portugal tem baixíssimos níveis de capacidade de aprovisionamento e não tem qualquer forma de se defender face à especulação, desprotegendo o abastecimento dos cidadãos e da indústria. É um problema estratégico que o Governo não tem acautelado. Chegam a ser preocupantes as declarações do ministro da Agricultura que considera não ser possível criar uma reserva alimentar estratégica, ao contrário do que acontece noutros países.

As perdas na nossa produção agrícola não são um problema meramente conjuntural. Os primeiros dados do Recenseamento Agrícola 2009, indicam que, nos últimos dez anos, ocorreu um decréscimo generalizado da produção agrícola, com particular gravidade nas culturas industriais (-67%), na batata (-63%), nas leguminosas secas (-49%) e nos cereais para grão (-43%), bem como uma diminuição em cerca de 25% dos efectivos suíno, ovino e caprino. Em apenas dez anos, desapareceram 112 mil explorações, tendo-se somado mais 450 mil hectares ao preocupante “stock” de terras abandonadas. Este quadro agrava a nossa dependência do exterior, aumenta a fragilidade do mercado nacional face aos movimentos especulativos, desequilibra a balança agro-alimentar e faz crescer a nossa dívida externa.

Há muitos problemas para resolver, nomeadamente a desadequação da PAC com a realidade dos nossos campos agrícolas e os baixos preços pagos à produção. Contudo, o abandono da agricultura e do mundo rural constitui uma questão central. Não é possível valorizar a actividade agrícola, aumentar a produção, nem tornar o sector mais apelativo, se os traços mais marcantes forem o abandono, com o aumento das terras incultas, e o agricultor português tipo com mais de 63 anos e formação ao nível do 1º ciclo. As políticas públicas têm a responsabilidade de intervir para inverter esta tendência suicidária.

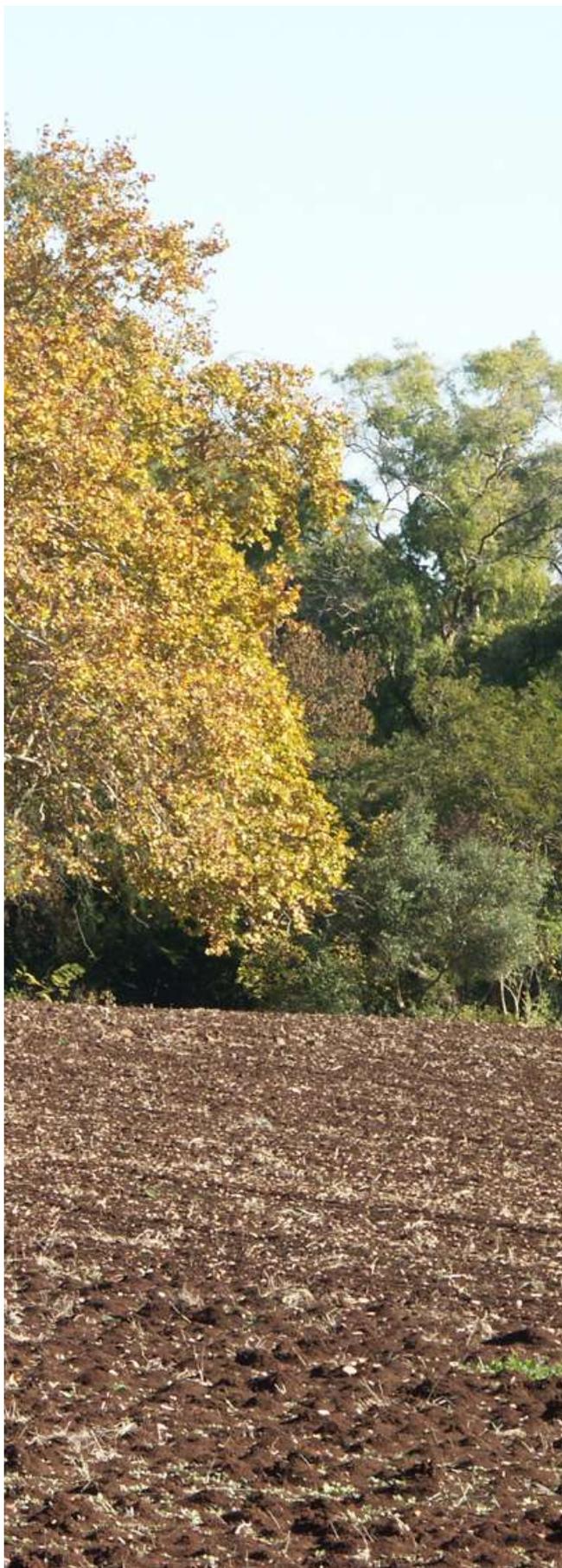
Inverter o ciclo de declínio

É necessário desenhar uma estratégia de recuperação da ocupação agrícola do território, para defender o País e os cidadãos, para a criação de emprego, para o aumento da produção e o rejuvenescimento do tecido produtivo, para inverter o ciclo de declínio da agricultura.

Disponibilizar as terras agrícolas públicas desocupadas ou as que se encontram em estado de abandono para responder a estes objectivos é essencial, contrariando um dos principais problemas sentidos por quem se quer dedicar a esta actividade: a dificuldade no acesso à terra para nova instalação, como é o caso dos jovens agricultores, ou para ganho de dimensão das unidades produtivas existentes.

O mecanismo para conseguir este objectivo passa pela criação de um banco público de terras agrícolas destinado a facilitar o acesso a terras por via do arrendamento rural. Deve ter uma gestão com garantia pública, sendo constituído pelas terras agrícolas pertencentes ao Estado ou às autarquias, pelas propriedades privadas que voluntariamente se registem no banco de terras, assim como pelas resultantes da aplicação do direito de preferência ou de acções públicas de estruturação fundiária e emparcelamento.

Considerando a necessidade premente de combater o abandono dos solos produtivos, deve instituir-se uma penalização fiscal dos prédios rústicos ou mistos com aptidão agrícola em situação de abandono, constituindo um incentivo para que os privados procedam à utilização ou ao registo das suas terras incultas no banco de terras.



O acesso aos terrenos inscritos no banco de terras é realizado por concurso público para arrendamento rural, conferindo prioridade a quem já trabalha esses terrenos ou os que são contíguos ou à instalação de jovens agricultores ou a quem se quer dedicar à actividade agrícola como principal fonte de rendimento. De acordo com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda no Parlamento, a candidatura ao arrendamento deverá ser feita mediante a apresentação de um plano de exploração, o qual estabelece a viabilidade económica do projecto com uma duração de 5 anos, permitindo garantir a sustentabilidade das actividades agrícolas a instalar e ter informação mais precisa sobre a realidade produtiva do país.

“É necessário desenhar uma estratégia de recuperação da ocupação agrícola do território, para defender o País e os cidadãos, para a criação de emprego, para o aumento da produção e o rejuvenescimento do tecido produtivo, para inverter o ciclo de declínio da agricultura.”

A dinamização do arrendamento rural permite responder de forma ágil à dificuldade no acesso à terra para o redimensionamento das explorações agrícolas ou para novos projectos de instalação, assim como facilita a disponibilização das terras, já que não envolve a alteração do título de propriedade e permite a sua rentabilização. Estipular um valor de renda que tenha em conta a realidade dos vários territórios é fundamental para combater a especulação fundiária, a qual poderia ser um obstáculo à concretização dos objectivos subjacentes à criação do banco de terras.

Estas são, no essencial, as propostas de criação de um banco público de terras para arrendamento rural, visando promover a ocupação agrícola através do redimensionamento das unidades produtivas e da instalação de novos agricultores, sobretudo de jovens. Trata-se de um contributo para o aumento da viabilidade técnica e económica das explorações, o rejuvenescimento do tecido produtivo, a melhoria dos indicadores económicos do sector agro-alimentar, o combate ao abandono agrícola e ao êxodo rural, e ainda a promoção da investigação, experimentação, demonstração e desenvolvimento agrários. Um contributo para a devida valorização



ALIMENTAR PORTUGAL

Miguel Freitas | Presidente da Federação do PS - Algarve

1. A economia agro-alimentar: entre novas fronteiras e novas barreiras

Vivemos um tempo de mudanças céleres e quase incontrolláveis, com a entrada de rompante das economias emergentes, sem regras claras nos mercados dos produtos e das matérias-primas, não se vislumbrando um acordo na Organização Mundial do Comércio, com uma contracção nas políticas de apoio às agriculturas e de financiamento às políticas de desenvolvimento. A consolidação orçamental estrangula as economias desenvolvidas. O crescimento tem uma nova geografia mundial. São cada vez mais improváveis os Objectivos do Milénio, no combate contra a fome e contra a pobreza. Num cenário inquietante.

A Europa vive desfocada da realidade, apelando a novos desafios, que tornam mais legítimas as políticas, mas deixam ao mercado aquilo que é essencial: garantir o aprovisionamento alimentar. Ora o mercado por si só não tem capacidade de auto-regulação para assegurar uma produção a preços aceitáveis socialmente. Com estas políticas estamos perante o fim dos alimentos baratos. Não rompemos pela capacidade de produzir. Rompemos pelo acesso de todos aos bens essenciais. As fronteiras da fome vão mudar. Num cenário desconhecido.

Olhar para a questão alimentar numa perspectiva de redução orçamental é privilegiar os mais capazes, os que mais podem e abandonar o princípio da solidariedade regional e do apoio consistente aos países com mais dificuldades. Vão gerar-se novas oportunidades, naturalmente. Mas a um custo muito elevado. Para agricultores e consumidores. Depois de uma reforma da PAC de 2003 mal conseguida, corremos o risco de ter uma nova PAC que não passa de boas intenções, dispersa e sem verbas para concretizar os objectivos para 2020.

2. A resposta da agricultura portuguesa: entre o abandono e o ajustamento

É neste quadro que se move a agricultura portuguesa. Sofremos as consequências de um modelo de desligamento das ajudas não ajustado às pequenas agriculturas, pagamos pela complexidade das modalidades de aplicação, com a obrigação de ter sistemas de gestão e controlo absolutamente despro-

porcionados, não beneficiamos de políticas de mercado, que privilegiam a lógica da correcção de excedentes e perdemos a oportunidade de simplificar as políticas de desenvolvimento rural.

Houve ajustamentos que tiveram papel relevante nas mudanças ocorridas: (1) o desligamento e a ajuda às vacas aleitantes levaram ao abandono dos cereais e ao aumento das pastagens permanentes e ao aumento do efectivo bovino; (2) os programas de reestruturação levaram ao aumento da produtividade da vinha; (3) os programas de plantação de olival aceleraram a intensificação; (4) as políticas relacionadas com o sector do leite levaram a abandono da actividade, embora sem expressão na produção global.

Houve abandono, particularmente das pequenas agriculturas. Há regiões que se tornaram ainda mais vulneráveis. Há sectores que vivem dias difíceis. Mas há alguns sinais de esperança. A agricultura portuguesa teve aumentos significativos da produtividade da terra e da produtividade do trabalho. A produção aumentou 4,4%, entre 1999 e 2009, ao mesmo tempo que se reduziram a superfície agrícola utilizada em 6%, o número de explorações em 27% e o volume de trabalho em 31%.

Conclusão: num cenário muito exigente, de abertura dos mercados, de alterações políticas relevantes, a agricultura portuguesa foi capaz de se tornar mais eficiente, mais produtiva e mais competitiva; mas perdeu na sua dimensão social e de ordenamento do território.

3. A balança alimentar em Portugal: entre o défice e a reacção

A nossa taxa de dependência externa é de 40%. Esta taxa não se agravou na última década, num contexto de forte aumento do consumo dos portugueses. A taxa de crescimento anual das exportações foi de 6.6% e o ritmo das importações de 3.7%. No início da década, a relação entre exportações e importações era de 37%. No final da década é de 48%. Melhorou a taxa de cobertura. E convergiu com o resto da economia de produção de bens em Portugal.

Embora o saldo comercial em valor se tenha agravado, passou

de 3,4M€ para 3,9M€, as relações das trocas comerciais reduziram-se, já que em 2000, por cada euro exportado, importávamos 2,6 euros e no final da década, por cada euro exportado, importamos 1,8 euros.

Os produtos que mais contribuem para a nossa dependência externa são a carne, os cereais e as frutas, que em conjunto representam 30% das nossas importações. Este número mostra também que as importações se diversificaram, isto é, os grandes agregados não somam mais de 1/3 do total.

No caso da carne, esse défice deve-se ao forte incremento do consumo, de cerca de 25%, já que a produção nacional também aumentou 20%. Os portugueses estão a consumir mais carne. Este é o elemento mais relevante da nossa dieta alimentar em matéria de balança comercial, quer por via directa, quer indirecta, já que uma parte significativa das importações de cereais é para a produção animal, portanto, para a produção de carne.

No caso dos cereais, o défice deve-se à drástica redução da produção da ordem dos 40%, devido ao desligamento das ajudas no âmbito da PAC, com um peso determinante da redução da produção de trigo, que caiu quase 80%.

No caso das frutas, as importações aumentaram por via da diversificação da oferta, aumentou o consumo da banana e dos frutos tropicais e por via da dessazonalização, isto é, consumimos hoje fruta fora da época que temos de ir buscar ao hemisfério sul.

A nossa especialização exportadora aumentou e as nossas exportações concentram-se no vinho, frutas e legumes e azeite.

Conclusão: num contexto de enorme abertura ao mercado exterior e de forte aumento da procura nacional de bens alimentares, o nosso grau de dependência não se alterou e a dinâmica da produção acompanhou a dinâmica do consumo.

“A Europa vive desfocada da realidade, apelando a novos desafios, que tornam mais legítimas as políticas, mas deixam ao mercado aquilo que é essencial: garantir o aprovisionamento alimentar.”

4. O futuro: o que depende dos agricultores e o que depende das políticas

Temos, naturalmente, vulnerabilidades que temos de corrigir, no que depende dos agricultores e temos de exigir políticas agrícolas mais ajustadas à nossa realidade.

Em matéria de cereais, temos de aumentar a nossa produção, aproveitando os novos perímetros de rega, particularmente o Alqueva. Podemos organizar melhor a fileira dos cereais. Reforçar a nossa capacidade de armazenagem, para vender quando os preços são melhores. Temos de voltar a um discurso sem complexos. Portugal pode produzir cereais, desde que com água e bons solos. Particularmente milho. Com preços a subir, esta produção será mais atractiva.

Podemos melhorar a eficiência da nossa produção de carne, estimulando sistemas integrados de produção, mais sustentáveis, há base de pastagens e de prados e forragens, com redução do uso de rações. Temos de apoiar as nossas raças autóctones e melhorar o apoio veterinário ao sector. E ter estratégias agressivas de mercado que valorizem as carnes produzidas em regimes extensivos e em modos de produção biológica.

Temos de continuar a fazer uma aposta na especialização da nossa agricultura nas produções mediterrânicas, do vinho, do azeite, das frutas e das hortícolas.

Temos de exigir da PAC, um regime de intervenção no mercado que compatibilize uma lógica de correcção de excedentes, com uma lógica de abastecimento dos países deficitários na produção de cereais, aumentando o nosso contingente de direito reduzido.

Temos de exigir da PAC, um regime especial de apoio ao sector leiteiro, já que temos um sector com elevado nível de auto-suficiência, numa fileira organizada, que está ameaçado com o fim das quotas leiteiras. Isto é, a única das produções continentais que Portugal tem capacidade produtiva relevante, pode vir a sofrer danos irreparáveis pela política liberal da União Europeia.

Temos, finalmente, de exigir da PAC um regime de apoio aos pequenos agricultores, que permita animar os mercados locais de proximidade e preservar muitos dos nossos produtos tradicionais.

Temos de ser capazes de fazer as nossas escolhas enquanto consumidores, ter uma dieta mais equilibrada e menos rica em carne e fazer escolhas por produtos nacionais, sempre que possível e sempre que tal tenha um custo acessível.



PRODUZIR E CONSUMIR LOCAL, UM IMPERATIVO NACIONAL

Manuela Cunha | Membro da Comissão Executiva Nacional de “Os Verdes”

No início deste ano o Ministro da Agricultura afirmou, numa entrevista ao Jornal de Negócios, que “se Portugal tivesse de viver apenas do que o seu solo gera, tinha capacidade para produzir 84% do que consome”. Mas o facto é que o nosso défice alimentar ultrapassa os 70% e atinge actualmente um valor superior a três mil milhões de euros, um valor que corresponde a um crescimento de 23,7% em dez anos (1999/2009) e a um crescimento de mais de 40% se recuarmos até ao período da entrada de Portugal para a CEE (1986). Uma situação que é ainda confirmada pela perda de área agrícola. Segundo o Relatório do Estado do Ambiente (2009) perdemos 68 824 ha em relação ao ano de 1986, isto sem contar com a perda de terrenos agrícolas localizados em áreas naturais, as quais decresceram 107 235 ha (-11%), entre 1986 e 2006.

O fosso existente entre as potencialidades produtivas, reconhecidas por António Serrano, e a realidade evidenciada pelo crescente aumento do défice alimentar, deve levar-nos a reflectir sobre as causas e os custos desta situação, para os consumidores e para o país.

Nesta entrevista, o Ministro da Agricultura atribui toda a responsabilidade da situação aos portugueses. Segundo ele, o défice alimentar “é gerado pelas nossas opções individuais de consumo”. Conclusão de um simplismo confrangedor, mas compreensível vindo de quem, tal como Poncio Pilatos, não quer assumir as responsabilidades políticas, responsabilidades que obviamente já vêm de trás e não podem ser desligadas da PAC e da forma como Portugal se posiciona na CEE/UE.

“Os Verdes” não negam que os cidadãos podem desempenhar um papel importante no combate ao défice alimentar, exercendo uma pressão importante para influenciar o mercado alimentar e as políticas agrícolas, e por essa razão fomos pioneiros a promover, nestes últimos anos, várias campanhas sob o lema “Produzir e Consumir Local”, que visam alertar os cidadãos para as consequências sociais, ambientais e em termos de segurança e saúde alimentar das políticas alimentares/agrícolas que têm sido seguidas. Campanhas que apelam, ainda, à acção directa dos consumidores, em defesa dos nossos produtos alimentares, da nossa agricultura e de uma produção mais amiga do ambiente.

Mas, contrariamente ao Sr. Ministro, não remetemos toda a responsabilidade do défice alimentar para os consumidores.

Estamos convictos que as opções dos consumidores, se bem que importantes, não são, por si só, suficientes para dar a volta à situação. A opção do consumidor está muito dependente do seu poder de compra e da oferta que encontra. A inversão do défice alimentar passa, obrigatoriamente, pela adopção de orientações políticas claras que se traduzam em medidas legislativas e orçamentais que imponham regras no mercado alimentar, contribuindo assim para travar as importações nesta área e apoiar e valorizar a nossa produção agrícola e alimentar.

Foi por estas razões que “Os Verdes” apresentaram, na Assembleia da República, vários projectos de Lei e propostas no quadro do Orçamento de Estado que visavam designadamente: valorizar e divulgar os produtos regionais; obrigar as grandes superfícies, hipermercados e supermercados (hoje a comercialização dos bens alimentares é dominada por um número ínfimo de grandes cadeias que controlam também a distribuição e impõem os preços ao consumidor e aos produtores) a garantirem o escoamento da produção nacional, ao oferecerem obrigatoriamente uma quota de produtos locais nas suas prateleiras, e a afixarem o preço pago aos produtores, dando assim a conhecer aos consumidores “as margens de ganância” destas redes de distribuição/comercialização que sufocam os produtores, tal como acontece com os produtores de leite nacionais; impor uma quota de utilização de produtos nacionais em cantinas de serviços públicos.

A agricultura é um dos principais suportes da alimentação, e os bens alimentares não podem ser confundidos com quaisquer outros, sendo fundamentais à sobrevivência, são um Direito Humano e ocupam um lugar estratégico em termos de soberania. Um país, com uma política alimentar tão dependente das importações, tem não só um elevado défice financeiro como ainda, uma enorme fragilidade face a qualquer conflito, tal como se pode agora verificar com as convulsões nos países produtores de petróleo e os impactos que daí podem advir sobre o preço dos bens alimentares, ou em caso de uma catástrofe natural que, por exemplo, venha a impedir o abastecimento interno. Um país assim não tem capacidade de se afirmar, de negociar, é um país com soberania ameaçada.

Mas os impactos económicos e políticos negativos, decorrentes desta situação, não são os únicos que preocupam “Os Verdes”. Existem muitas outras questões de ordem social, ambiental e

cultural que têm motivado as nossas campanhas e as nossas propostas no Parlamento, e também em Autarquias onde os nossos eleitos têm defendido que as cantinas escolares dêem primazia à utilização de produtos da região.

Os custos desta política alimentar fazem-se também sentir no aumento do desemprego e da emigração, no êxodo rural e na consequente desertificação do interior, nos incêndios que verão após verão lavram o país, na erosão e empobrecimento dos solos, na perda irreparável de biodiversidade agrícola e também selvagem, em ameaças à segurança alimentar, com o aumento da dependência energética, na qual o sector dos transportes tem um peso enorme, nomeadamente no transporte de bens alimentares, com o aumento dos gases com efeito de estufa que agravam as alterações climáticas, entre outros prejuízos que se poderiam enunciar.

A ideia de que Portugal é um país com pouco potencial agrícola, devido às características dos seus solos, é hoje em dia uma questão que os conhecimentos técnico-científicos juntamente com o saber ancestral, permitem ultrapassar e que só preocupa quem defende uma agricultura intensiva e “industrializada” e não uma produção virada para alimentar o país. Uma política agrícola e alimentar compatível com os desafios dos nossos dias, nomeadamente os de índole social e ambiental, encontra nas características biofísicas do nosso país uma oportunidade para uma produção menos intensiva e mais diversificada, logo menos agressiva do ponto de vista ambiental e mais saudável. Uma produção geradora de produtos de grande qualidade e sabor (do azeite, ao vinho, da castanha à laranja, da amêndoa ao tomate...), pilar de um património gastronómico valioso, de paisagens únicas e diversificadas, e consequentemente atractivas do ponto de vista turístico. Uma oportunidade para uma agricultura criadora de postos de trabalho, povoadora do interior, dinamizadora de um Mundo rural no qual ela é o pilar principal. Não é por falta de condições naturais que os portugueses não comem mais produtos nacionais, mas fundamentalmente porque as políticas agrícolas nacionais, subjugadas à PAC, subsidiaram a não produção, aniquilando parte da agricultura portuguesa, nomeadamente a de cariz familiar (Portugal viu desaparecer mais de 300 mil pequenas explorações nos últimos 20 anos) que não se enquadrava nas exigências impostas pela agricultura intensiva e excedentária de alguns países europeus. Os agricultores portugueses que resistem vêem-se confrontados com custos de produção elevadíssimos, com um mercado de distribuição que os sufoca. Os sucessivos Governos não têm percebido, ou não querido perceber, a importância da pequena agricultura, da agricultura familiar, em termos sociais, ambientais e económicos. Grande parte das ajudas à produção agrícola têm si canalizadas para meia dúzia de grandes explorações (3% das explorações ficam actualmente com 60% das ajudas directas vindas da UE), explorações estas que nunca irão resolver o défice

agro-alimentar nacional e que não são geradoras de emprego. Um erro que o Governo perpétua continuando a apostar exclusivamente na agricultura de exportação em detrimento da agricultura de pequena escala voltada para os circuitos curtos de comercialização. Uma governação na qual o discurso, “pró consumo nacional”, não é sustentado em medidas e estratégias para que o mercado interno encontre na produção local a sua principal fonte de abastecimento.

Por exemplo, no Brasil, os dados do último Censo Agro-pecuário realizado, são elucidativos sobre o lugar que a agricultura familiar pode ocupar na alimentação nacional. A agricultura familiar brasileira, com a sua pequena área agrícola (1/4 da toda a área agrícola do país) assegura 70% dos alimentos consumidos diariamente pela população brasileira e desempenham um papel económico e social de grande importância (84,4% das explorações, com apenas 24,3% da área cultivada, empregam 74,4% da mão de obra do sector) e apesar de menos intensiva é geradora de mais riqueza (a agricultura patronal gera R\$ 358,00 por ha/ano, enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677,00 por ha/ano). Esta é uma realidade que em Portugal tarda em ser reconhecida.

Se queremos consumir aquilo que produzimos, temos de apoiar e valorizar a produção nacional, não só na vertente exportação, mas também criando condições para que os produtos agrícolas nacionais provenientes das pequenas explorações familiares, venham ocupar um lugar privilegiado nas prateleiras do comércio alimentar. Temos que apoiar as práticas agrícolas ambientalmente mais correctas, apoiar os jovens que pretendem “trabalhar a terra”, nomeadamente criando condições para o acesso à terra. Mas temos também, e ainda, que manter o mundo rural vivo, garantindo que aqueles que vivem ou que se querem instalar no interior, terão acesso à educação, à saúde, à mobilidade, à cultura e a outros serviços públicos fundamentais para garantir uma vida digna.

“A agricultura é um dos principais suportes da alimentação, e os bens alimentares não podem ser confundidos com quaisquer outros, sendo fundamentais à sobrevivência, são um Direito Humano e ocupam um lugar estratégico em termos de soberania.”



AGRICULTURA E MUNDO RURAL NÃO TÊM OBTIDO A ATENÇÃO DEVIDA

Abel Baptista | Deputado do CDS/PP

Portugal tem um deficit alimentar superior a 3,2 Milhões de Euros anuais. Em 2010 teremos importado 6.915 M€ e exportado 3.677 M€ em produtos alimentares e bebidas, de acordo com dados provisórios do INE.

Em face destes dados verificamos que Portugal tem uma capacidade de auto-provisionamento na ordem dos 53%, pelo que tem aqui uma margem grande potencial de crescimento permitindo, não só para a nossa segurança alimentar, mas também para aumentar as exportações.

Reunidas estas duas possibilidades contribuiremos para a produção de riqueza interna e diminuiremos a nossa dependência externa, tornando menos vulneráveis á volatilidade dos preços dos produtos alimentares que têm vindo sucessivamente a bater recordes de preços os consumidores e a economia nacional.

Sabendo que as nossas principais importações são oleaginosas, cereais, carne e preparados de carne, frutos e preparados de frutos e as nossas principais exportações são bebidas, leite e laticínios, conservas de hortícolas e frutos só temos que fazer os investimentos necessários para que se passe a produzir, a preços competitivos, o que mais importamos e aumentar a produção dos produtos que exportamos e que somos mais competitivos, parece-me que a receita não é difícil.

O que é incompreensível é que o principal instrumento de apoio ao sector produtivo da agricultura nacional tenha sido mal concebido, mal aplicado e mal gerido, falo obviamente do PRODER.

Foi mal concebido desde logo porque definiu os sectores que considerava ou não estratégicos (o que de si é logo um erro)

e deixou de fora sectores como o leite, os cereais e a carne. Depois o processo de candidaturas é absolutamente incompreensível para a generalidade dos agricultores e das associações, com exigências burocráticas e conhecimentos técnicos e de informática que só consultores especializados são capazes de compreender. Finalmente, muito devido á permanentes mudanças de estrutura e da mobilidade de pessoal, os serviços ultrapassam todos os prazos legais e regulamentares para apreciação de candidaturas.

Um programa que tem que ser aplicado em 7 anos (2007-2013), com a possibilidade de prorrogação de mais 2 (de acordo com regra n+2) e que deveria estar, neste momento, executado em mais de 50%, está apenas a cerca de 30% o que está a impossibilitar muitos agricultores de poderem modernizar as suas empresas agrícolas, de muitos jovens agricultores se instalarem, dos investimentos na floresta não terem praticamente apoio, porque neste caso a execução ronda os 0%.

É inaceitável que o Ministério não tenha, desde o inicio, um conjunto de técnicos dedicados a apoiarem os processos de candidaturas (ou tenha protocolado, como seria desejável, com as associações do sector) e que, como já exigiu o CDS/PP, não haja a possibilidade de todo e qualquer agricultor, independentemente da dimensão da sua exploração, poder estabelecer diálogo directo com os responsáveis da gestão do PRODER, possibilitando assim o acompanhamento e aperfeiçoamento das candidaturas, evitando-se reprovação de muitas candidaturas não pelo seu demérito, mas por questões meramente técnico-administrativo.

Como todos sabem o PRODER nasceu mal, o actual Ministro da Agricultura prometeu que o iria rever até final de 2010,



procedendo á sua simplificação, para o efeito nomeou um grupo de trabalho e que após a avaliação intercalar do programa iria fazer as simplificações e melhorias de forma a operacionalizar todos os programas e medidas, porém nada foi feito e ao fim de quase 1,5 ano de gestão do actual ministro continuamos a ter praticamente os mesmos problemas que se detectaram no início.

“O que é incompreensível é que o principal instrumento de apoio ao sector produtivo da agricultura nacional tenha sido mal concebido, mal aplicado e mal gerido, falo obviamente do PRODER.”

Exemplo disso é o último concurso da acção 1.1.1. Modernização e Capacitação as Empresas que encerrou no final de Fevereiro e que foram apresentadas 1.487 candidaturas num valor global superior a 900 M€, o que implicaria um investimento público na ordem dos 270 M€, mas que o concurso apenas afecta 50 M€. No entanto sabemos que esta acção apenas está executada em 23%, apesar de estarem comprometidos 97% das verbas da acção, por isso este sistema de gestão vai reprovar projectos que seriam muito úteis ao desenvolvimento da agricultura e ao mundo rural por falta de verbas que na realidade não estão executadas. Considero esta situação inadmissível.

Ao longo dos anos o CDS/PP, muitas vezes pela voz do seu Presidente, Dr. Paulo Portas, tem dito que 1€ investido não agricultura nacional tem uma rentabilidade de 3€, é menos 1€ que se importa é mais postos de trabalho que se criam, é mais exportação que se faz é mais riqueza para o país.

Nunca defendemos que deveríamos produzir tudo o que consumimos, mas devemos produzir o suficiente para que a nossa balança alimentar não seja deficitária ou, pelo menos, não tenha um deficit de quase 50%.

Portugal tem capacidade de produzir mais bens alimentares, é o caso do arroz, é o caso do milho, é o caso das carnes, é o caso das frutas e dos legumes, entre outros, mas para isso o Governo não pode ter politicas contra os seus agricultores, tem que defender os agricultores portugueses dentro do país

e junto das entidades comunitárias. O CDS/PP tem vindo a exigir ao Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas que use de todos os meios ao seu alcance para evitar o fim das quotas leiteiras, como a Comissão Europeia pretende já em 2015. Este é um dos casos que o titular da pasta da agricultura portuguesa tem obrigação de negociar a favor dos produtores nacionais com todas as suas forças.

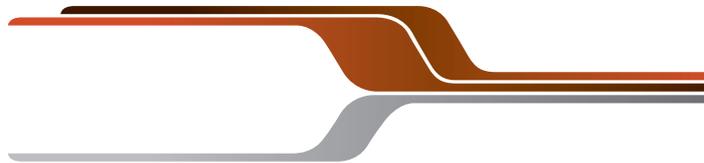
A agricultura e o mundo rural não têm, nos últimos anos, obtido a atenção que lhe é devida. Seja por parte dos nossos governantes, seja por parte dos meios de comunicação social, seja por parte, até, da opinião pública. Estou porém convencido que a crise que estamos a atravessar vai obrigar a que todos passem a olhar para o sector primário como uma verdadeira actividade económica, social, cultural, ambiental e ecológica.

Os portugueses terão que entender que a agricultura não é uma actividade dos países pobres e que os agricultores não podem apenas obter rendimentos para a sua sobrevivência. Não há país rico no mundo que não tenha uma agricultura forte, veja-se o exemplo da Alemanha, da Suíça, dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, da China, etc. por isso o agricultor tem que ser remunerado pelos bens essenciais que produz e pelos bens públicos que lhe estão também reservados.

Depois os governantes deverão entender que o ministério da tutela não deve tomar medidas contra os agricultores, mas sim a seu favor e deve ser facilitador de todos os apoios que possam levar á melhoria da produção e a uma maior eficácia na comercialização, porque é isso que se passa noutros países a começar pela nossa vizinha Espanha. Não se pode querer que as nossas exportações sejam competitivas comparadas com outros países se não damos as mesmas oportunidades que os outros têm. Por outro lado é necessário que a diplomacia económica seja capaz de promover de forma articulada e sustentada os produtos portugueses no exterior.

Finalmente o Estado tem que exercer o seu papel de fiscalizador e regulador da vida social do país. Não é legitimo que a indústria e o comércio sejam os únicos a terem o “privilégio” de sozinhos fixarem o preço dos produtos, a forma e o prazo de pagamento. Se a Autoridade da Concorrência não tem meios técnicos, humanos ou legais para intervir deve o Estado fornecer esses meios a esta autoridade ou outra que possa aqui actuar.

Toda a cadeia (produção, transformação, distribuição) deve ter remuneração justa e adequada para que todos sejam competitivos e para que o consumidor não seja penalizado.



NA AGRO-PECUÁRIA

Monte das Galhanas

Nomes: Zélia Santos

Carlos Ramalho

Idade: Ambos com 31 anos

Estado Civil: Casados

Habilitações: Licenciados em Engenharia Agro-Pecuária

Ano de Instalação: 2006

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

SAU: Cerca de 450 ha

Orientação Produtiva: Produção de Carne

Mão-de-Obra Permanente: Apenas os titulares da Exploração

A Agro - Pecuária Monte das Galhanas fica situada, a dois passos da aldeia do Rosário, no concelho do Alandroal, muito próxima, aliás, da Barragem do Alqueva. Numa zona de sossego, já não marcada pela infinda planura alentejana, mas pelo ondular de suaves colinas, que em redor pontuam a verdura da paisagem.

O casal de jovens agricultores constituíram uma sociedade por quotas, que detêm por inteiro, designada “Monte das Galhanas, Lda.”; sociedade esta que explora todas as áreas da Agro-Pecuária, em regime de renda.

O efectivo bovino é composto por 80 vacas de ventre cruzadas e três touros, dois da raça limousine e um blonde d’Aquitaine; vêm depois os ovinos de tipo merino e da raça Ilha de Quessain; por último, adicionem-se 30 porcas de raça alentejana, que produzem em linha pura.

E chegados à questão das motivações, Carlos Ramalho exclamou, de imediato: “Isto é quase o coração! É a paixão pela terra e pelos animais.” Ao que Zélia Santos acrescentou: “Nasci e cresci aqui e não me imaginava a fazer outra coisa. A ambição foi tirar um curso que tivesse a ver com o que o meu pai já tinha. Encontrei uma pessoa que gostava do mesmo que eu e foi assim que nasceu a nossa empresa”. E o casamento, concluímos nós, por nossa conta e risco.

Residem no Alandroal, mas passam os dias inteiros na Exploração, do nascer ao pôr do Sol, assegurando, por si sós, todo o trabalho da Agro-Pecuária. “Não conseguimos rendimentos para ter colaboradores, o que se deve à situação actual dos mercados” referiu Carlos Ramalho”. Se os tivessem, estariam menos sacrificados, como reforçou Zélia Santos: “Trabalhamos para pagar as facturas dos fornecedores e dos combustíveis.”

Em termos de Proder, de aprovação do projecto e de financiamento, tudo correu bem, como explicou Carlos Ramalho. “O projecto foi aprovado em Março de 2006 e em Dezembro desse mesmo ano, estava concluído, com todos os investimentos feitos.” E nem sequer recorreram à banca. “Investimos aqui tudo, ou seja, todos os recursos dos nossos prémios de instalação”, contou Zélia Santos, para, de seguida, acrescentar que “sem esses apoios era impossível ter o que temos e estar a funcionar num espaço de tempo tão pequeno”.

No entender dos titulares do Monte das Galhanas, os factores de sucesso das explorações de jovens agricultores residem essencialmente na formação. Muito importante é também a entreajuda e a troca de conhecimentos. “Ainda estamos muito naquela de cada um por si, ou contra si, em vez de caminhar para o associativismo, de modo a podermos negociar melhores preços dos factores de produção e para os produtos da exploração”.

Quanto a planos para o futuro, a ideia é crescer. “Já duplicámos a área explorada, sublinhou Carlos Ramalho, e a produção vai começar agora a crescer”. Contudo, o futuro não é risonho, mas de incerteza, até por não serem ainda claras as políticas da PAC. “O que nós queríamos, adiantou Zélia Santos, é que nos deixassem trabalhar, de forma sustentável, aqui no nosso canto. O nosso trabalho tem de ser valorizado.”

Estudos de mercado, não os julgaram necessários, porque na altura havia, quanto a essa questão, uma perspectiva completamente diferente do que sucede actualmente. “Se fosse hoje, confessa Carlos Ramalho, não daria prioridade aos bovinos, mas a outro tipo de cultura.”

A protecção do meio ambiente é uma das preocupações deste casal de jovens agricultores. Adubos é o menos possível, não usando adubação de fundo, nem fazendo qualquer tipo de tratamento fitossanitário. Toda a exploração está a ser explorada sob o modo de produção integrada.

Por último, uma palavra para os jovens agricultores. “Não se podem esquecer que não há feriados, nem fins-de-semana”, vincou Carlos Ramalho, secundado, de imediato, por Zélia Santos: “É essencial gostar daquilo que se faz, ter espírito de sacrifício e força de vontade. Porque, às vezes, se não fosse o gosto, dava vontade de virar as costas a isto tudo”. E o dinheiro, como frisaram, não é mensal, mas ocasional, ou seja, quando se vende qualquer produto. “É preciso saber geri-lo, o ano todo.”

Arrependidos? Não! De maneira alguma!

ADUBAR BEM, PRODUZIR MAIS!

Pedro Cabanita | Gestor de Produtos Agrifertil

Num mundo em acelerado crescimento demográfico, um dos maiores problemas tem a ver com a questão: “como alimentar a população mundial?”. Sabemos que existem desigualdades sociais e que nem sempre a alimentação chega onde é necessária, mas todos estamos de acordo que só produzindo mais alimentos, de forma mais eficiente, conseguimos minimizar este problema. Para além deste aspecto, existe cada vez mais pressão sobre o mundo agrícola relativamente às questões ambientais, ou seja, para além de um desafio, temos 2 desafios: produzir mais e produzir bem.

A Agrifertil tem desenvolvido o seu enfoque no sentido elaborar planos de fertilização que visem o aumento da produção, com o maior respeito pelo meio ambiente. Para tal, contamos com a tecnologia dos produtos da Compo Expert. Os resultados comprovam que a tecnologia de inibição da nitrificação (NET), juntamente com a tecnologia de revestimento dos grânulos (CAR) origina maiores produções, uma vez que aumentam a eficiência das unidades fertilizantes aplicadas. Estas tecnologias promovem uma maior absorção amoniacal, o que leva a uma maior poupança energética por parte das plantas. Essa energia vai ser utilizada em inúmeros processos como a floração e o aumento da biomassa da planta. Ao mesmo tempo, a absorção amoniacal leva a um aumento da absorção de fósforo e de micronutrientes que por vezes estão bloqueados no solo. O conjunto de todos estes factores explica os aumentos de produção verificados experimentalmente.

De uma maneira geral, o aumento de produção que é possível obter com a utilização destas tecnologias, compensa o aumento do custo da fertilização/ha, quando comparado com um adubo convencional, especialmente quando falamos de culturas intensivas, com produtos de valor acrescentado, que é o mercado onde actua a Agrifertil.

Para além de promover o aumento da produção, estas tecnologias reduzem as perdas de azoto em 25 a 30%. Numa sociedade que está muito atenta à problemática da contaminação dos aquíferos com nitratos, tendo inclusivamente criado zonas vulneráveis, onde a aplicação de azoto é limitada, esta questão é fundamental. Para agravar o problema, existe ainda a ideia generalizada na opinião pública que apenas o sector agrícola contribui para esta situação, esquecendo muitas vezes o impacto negativo de outros sectores de actividade.

A utilização de fertilizantes com estas tecnologias tem também grande impacto ao nível da redução do conteúdo de nitratos em diversos alimentos. Em média, os resultados experimentais com este tipo de fertilizantes dá origem a reduções no teor de nitratos nos alimentos na ordem dos 30 %. Este problema é particularmente pertinente em culturas em que ingerimos as folhas em cru como por exemplo a alface e os espinafres. Cada vez mais o controlo sobre este parâmetro é apertado por parte dos compradores, o que faz com que num futuro próximo, produtos com menor teor em nitratos sejam valorizados em detrimento de outros que são potencialmente mais prejudiciais para a saúde humana.

A Agrifertil tem neste momento soluções que permitem aumentar as produções e o rendimento dos agricultores, ao mesmo tempo que promove uma agricultura mais amiga do ambiente, ajudando a construir um futuro melhor. Em suma, adubar bem, produzir mais!



COMPO EXPERT

Especialistas em tecnologias aplicadas à nutrição vegetal.

EXPERTS
FOR GROWTH



COMPO EXPERT. ESPECIALISTAS EM TECNOLOGIAS APLICADAS À NUTRIÇÃO VEGETAL.

Na COMPO EXPERT oferecemos a mais completa e avançada gama de produtos nutricionais para os profissionais da agricultura. Colocamos também à sua disposição as melhores soluções para desenhar os planos nutricionais que as culturas necessitam.

Na COMPO EXPERT proporcionamos as ferramentas necessárias para dar aos seus clientes a gestão óptima da nutrição das suas culturas: o nosso software de fertilização e o "Centro Técnico Expert", um serviço personalizado de aconselhamento técnico.

NovaTec® Solub



Hakaphos®



DuraTec®



Blaukorn®



Floranid



NovaTec®



Avant Natur®



Easy Start®



Nitrofoska Foliar®



Basafer® Plus



Centro Técnico EXPERT
investigación@compo.es
Tel. (+34) 93 224.72.29

COMPO EXPERT
C/Joan d'Àustria 39-47
08005 Barcelona
Tel.: +34 93 224 72 22
Fax: +34 93 221 41 75
www.compo-expert.com



Agrifertil

Quinta Monte Ruivó - Várzea
Apartado 525 - 2001-906 Santarém - PORTUGAL
Tel. (+351) 243 359 100 Fax: (+351) 243 359 119
E-mail: agrifertil@interadubo.com
www.interadubo.com



REINTRODUÇÃO DO SECTOR LEITEIRO É APOSTA DO PEB AGRO 2011 COM FORTES APOIOS INSTITUCIONAIS

O Parque de Exposições de Braga-PEB organiza entre os dias 31 de Março e 3 de Abril a 44ª edição da AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação de Braga. Parcerias desenvolvidas com a AGROS, Crédito Agrícola, CONFAGRI, APCRF, ABLN e CAVAGRI reforçam confiança do PEB para a revitalização da AGRO.

A edição de 2010 foi apontada pela administração do PEB como o ano de relançamento da Feira que apenas seria possível através de parcerias com as principais entidades da região ligadas ao sector.

Neste contexto a AGROS surge como um dos principais parceiros para a edição de 2011. A AGROS é a instituição líder do sector no norte de Portugal e acrescenta um forte valor pela capacidade técnica e do mercado. "Apesar das dificuldades que o mercado do leite vive no momento, este é um sector com muita força na região e é mais do que natural a sua presença na AGRO", reforça Jorge Miguel Corais, administrador do PEB.

A Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal-CONFAGRI, a Associação Portuguesa de Criadores de Raça Frísia- APCRF, a Associação para o Apoio à Bovinicultura Leiteira do Norte- ABLN e a Cooperativa Agrícola do Alto Cávado-CAVAGRI são também parceiros importantes que o PEB tem para o certame deste ano.

A AGRO assume ainda uma forte responsabilidade na atividade pecuária regional que apenas é possível graças às colaborações desenvolvidas com a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã – AMIBA, a Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Minhota – APACRA, a Associação de Criadores do Maronês – ACM e a Associação Nacional dos Criadores de Bovinos da Raça Arouquesa – ANCRA.

Estas entidades são ainda responsáveis pela realização dos vários concursos de raças autóctones que terão lugar na Agro 2011.

REINTRODUÇÃO DO SECTOR LEITEIRO

Através de parcerias com a APCRF, com a ABLN e com a AGROS a administração do PEB aposta em revitalizar um certame onde a produção leiteira já teve grande expressão.

Com o apoio das duas associações, os participantes da 44ª edição da AGRO poderão contar com um concurso regional de Raça Holstein Frísia, mais conhecida como as vacas leiteiras. O concurso vai decorrer no domingo, dia 3 de Abril, às 14h00, e organização aponta para mais de 80 animais a concurso. Trata-se de um forte investimento por parte do PEB, que pretende com isto relançar na AGRO a fileira do leite.

Esta é uma das principais feiras agrícolas do país organizada no norte de Portugal e integra a elite das feiras representadas na UFI-União de Feiras Internacionais e na Eurasco.

CONCURSOS REGIONAIS DE RAÇAS AUTÓCTONES

A AGRO vai continuar a apostar nas principais fileiras do sector agrário regional e os Concursos de Raças Autóctones visam esse mesmo objectivo. Neste sentido, no dia 1 de Abril, sexta-feira, vai ter lugar o Concurso Regional da Raça Arouquesa.

O concurso Regional da Raça Minhota decorre no sábado, dia 2 de Abril, às 10h30 e 23º Concurso Nacional da Raça Barrosã tem lugar às 14h30. Finalmente o Concurso Regional de Raça Maronesa realiza-se no último dia do evento, domingo, dia 3, às 10h30.

A AGRO é a única feira agrícola de Portugal que conta com quatro concursos diferentes de gado bovino. A AGRO assume assim uma forte responsabilidade na actividade pecuária regional que apenas é possível graças às colaborações desenvolvidas com a AMIBA, a APACRA, a ACM e a ANCRA.

A empresa AVMAP acaba de lançar o modelo portátil "GEOSAT6 FARMNAVIGATOR" que os associados da AJAP, se o desejarem, podem adquirir com o desconto especial de 15 por cento. [Para mais informação, ver encarte inserido nesta edição da nossa Revista.](#)

visite

www.peb.pt

Agro 2011

44.ª Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação

31 de Março a 3 de Abril



Horários:

31 Março, 1 e 2 Abril: 10h. às 23h.
3 de Abril: 10h. às 19h.



PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga, E.M. - Tel.: + 351 253 208 230 - Fax: + 351 253 264 672 - www.peb.pt - mail:agro2011@peb.pt

MOTIVAÇÃO E OPTIMISMO

As Jornadas Técnicas da AJAP, que se realizaram no Vimeiro – Torres Vedras, durante os dias 17, 18 e 19 do passado mês de Fevereiro, foram marcadas indiscutivelmente por forte motivação e optimismo a que os jovens presentes souberam conferir um espontâneo ar de festa e animação.

O ponto alto destas Jornadas foi a mesa redonda dedicada à Cooperação com os PALOP, particularmente com Moçambique, que ocupou toda a tarde do 18 de Fevereiro. Mas tratando-se de Jornadas técnicas, a agenda de trabalhos previa um leque variado de questões como o SAA – Serviço de Aconselhamento Agrícola, bem como as candidaturas e as valências da GLOBALCoop.

“Estas Jornadas estão cada vez mais maduras e dinâmicas”, começou por referir Rui Alves, vice-presidente da AJAP, na abertura dos trabalhos, tendo acrescentado, de seguida, que este ano está a ser muito bom, em termos de entidades receptoras, de SAA e de actividades da GlobalCoop.



Um dinamismo que se manifestou sem pausas ou tempos mortos. Como sucedeu, entre outros momentos, ao jantar do primeiro dia das Jornadas, durante o qual Firmino Cordeiro, presidente da AJAP, passou detalhadamente em revista os principais objectivos da organização a que preside, mobilizando os participantes para o eminente desafio da qualidade e do profissionalismo.

Questão a que voltaria ao fim da manhã do segundo dia de trabalhos. “ Os técnicos têm de saber usar diversas ferramentas, têm de ser polivalentes,” frisou Firmino Cordeiro, para depois especificar: “ O que se diz é que os nossos técnicos, quando saem para outras empresas, são considerados muito

bons”. A AJAP tem, como ninguém, uma diversidade muito grande de formações e de aptidões, entre os seus quadros técnicos. “Somos a organização nacional com mais técnicos distribuídos por todo o país. Temos de ser excelentes!”

Entretanto, no centro destas Jornadas esteve o tema da Cooperação que foi abordado, em mesa redonda, por personalidades de reconhecido mérito e experiência na área e muito especialmente pelo Dr. Miguel Costa Mkaima, Embaixador de Moçambique em Portugal, bem como pelo Mestre Rui Barreiro, Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

A mesa redonda, moderada pelo Dr. Paulo Ramalho foi composta pelo Dr. Artur Lami, vice-presidente do IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, pelo Prof. José Lamego, presidente da OIKOS, pela Mestre Albertina Lobo, vice-presidente da Associação Tropical Agrária e pelo Prof. Fernando Jorge Cardoso, Director de Estudos e do Programa de África do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.



O ponto de partida para a reflexão e debate, entre os participantes no painel, foi a experiência da Ajap na senda da Cooperação que foi especialmente significativa, aquando da apresentação e concretização, em fins dos anos 90 e início da década passada, de um projecto que colocou em Moçambique 25 jovens agricultores portugueses. A AJAP, como concluíram os intervenientes no painel, foi um parceiro fundamental do Estado Português e da sociedade civil moçambicana. Nesta altura, seria viável outro projecto de igual relevância?

A África toda, à excepção da Eritreia, da Costa do Marfim e da Somália, tem estado a crescer a ritmos muito interessantes, desde 2002, de modo geral, acima dos cinco por cento e

nalguns casos acima dessa taxa. Moçambique foi um desses países que cresceu a uma média de sete por cento, a partir de 2002. Como se explicou na mesa redonda, ocorreu uma modificação no mundo traduzida na procura sustentada de matérias primas que, a longo prazo, se acentuará.

É que, por enquanto, da população total da China, só cerca de 400 milhões de pessoas estão inseridas em economia de mercado e depois há que contar também com o impacto das outras economias emergentes, como a Índia e o Brasil.

Ora, é o sector exportador de matérias primas, incluindo do sector agrícola que está a sustentar este crescimento africano. Há uma grande procura internacional de alimentos e também de terras para a produção alimentar. E o que se passa, neste momento, em Moçambique e noutros países africanos, conforme sublinharam os participantes no painel, é que os mercados internos não são capazes de sustentar o crescimento económico, na ausência deste sector exportador e desta procura internacional.

Mais adiante os intervenientes deixaram claro que, em cerca de metade dos países africanos, na África subsaariana, onde se inclui Moçambique, as receitas do orçamento do Estado provêm em 50 por cento ou mais da cooperação internacional de ajuda ao desenvolvimento. O que quer dizer que, por exemplo, Moçambique deve ter uma estratégia voltada para a criação de um mercado interno.



Foi sublinhado que o investimento no sector agrícola em Moçambique é seguro, mas deve fazer-se com planeamento. E Portugal tem todas as potencialidades para ser o parceiro mais “querido”, em Moçambique, mas, como dizem os moçambicanos, não pode continuar a ser o último a pôr em funcionamento os projectos.

Tomando a palavra o Dr. Miguel Mkaima, Embaixador de Moçambique, começou por acentuar que os “sectores fortes da Cooperação, no seu país, têm sido a formação profissional e a educação e vão continuar a sê-lo.”

Depois de frisar que é preciso ter em conta a pequenez dos recursos financeiros do Estado moçambicano, “escassíssimos

para necessidades gigantescas”, deixou palavras de grande humanismo e de irresistível optimismo. “Moçambique tem um território imenso, tem terras fantásticas em quantidade e em qualidade”. É importante que se perceba quanto é necessário o “know how”, o estímulo e capacidade de empreender. E a finalizar o Dr. Miguel Mkaima reforçou: “Em Moçambique temos potencialidades fantásticas, mas é preciso que o Governo e a cooperação internacional dediquem a sua atenção e conhecimentos às áreas produtivas. Sem produção é difícil sobrevivermos todos”.

Em jeito de conclusão, os membros da mesa redonda vincaram que a agricultura é fundamental para o desenvolvimento económico e social dos PALOP, particularmente em Moçambique. A AJAP deve continuar a investir na formação profissional e na agricultura de Moçambique.

Na sessão de encerramento deste tema, Firmino Cordeiro salientou que a AJAP está em terras moçambicanas, há mais de 15 anos, já instalou jovens agricultores e participou em diversas feiras, tendo tido, também, uma delegação permanente em Moçambique. O desafio do projecto que temos em mãos “é desenvolver, em termos agrícolas, a província de Nampula, com vista a combater a fome das suas famílias e até conseguir alguns excedentes para os mercados, inclusivamente, externos.” E concluiu, afirmando que “seria importante, sobretudo em tempos de crise, que pudéssemos inter-



nacionalizar a agricultura e o saber sobre agricultura, também para dar uma oportunidade aos jovens técnicos que acabam os seus cursos e não conseguem uma colocação compatível.”

Encerrando os trabalhos, o Mestre Rui Barreiro, Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que tem a tutela da Cooperação, salientou que o Ministério da Agricultura tem, nesta área, uma estratégia bem definida. Há muito trabalho em curso em Moçambique, embora pouco conhecido. “Temos de acreditar que a nossa capacidade vai muito para além das nossas fronteiras. Estou certo que a AJAP conseguirá recursos para o seu projecto. A Cooperação é também ela um meio de internacionalizar a agricultura portuguesa. É possível fazermos mais e melhor!”



CATÁLOGO NACIONAL DE VARIEDADES

Decreto-Lei nº 4/20011, de 7 /01

Actualiza os caracteres e as condições mínimas para o exame a que as variedades de espécies agrícolas e hortícolas estão sujeitas para serem inscritas no Catálogo Nacional de Variedades, transpõe a Directiva nº2010/46/EU, da Comissão, de 2 de Julho e procede à sétima alteração ao DLnº154/2004, de 30 de Julho.

VITICULTURA

Portaria nº 37/2011, de 14/01

Designa a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, como entidade certificadora para exercer funções de controlo da produção, comércio e de certificação dos produtos vitivinícolas com direito à denominação de origem (DO) “Dão” e “Lafões” e à indicação geográfica (IG) “Terras do Dão”.

FLORESTA

Portaria nº 62/2011, 2/2

Identifica os factos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos planos de ordenamento florestal (PROF) e suspende parcialmente a aplicação de vários PROF.

PECUÁRIA

Decreto-Lei nº 19/2011, de 7/2

Define as regras de financiamento do sistema de recolha de cadáveres animais mortos nas explorações.

VINHOS

Decreto-Lei nº 20/2011, de 8/2

Modifica o objecto, a estrutura e o funcionamento do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto. IP (IVDP,I.P.).

SEGUROS

Decreto-Lei nº 21/2011, de 9/2

Cria um seguro voluntário, bonificado para a aquicultura, designado por Aquisseguro.

PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

Decreto-Lei nº 24/2011, de 11/2

Actualiza a Lista Positiva Comunitária (LPC) onde se mencionam as substâncias activas que podem ser utilizadas em produtos fitofarmacêuticos.

AÇORES - VITICULTURA

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores nº 1/2011/A, de 16/2

Recomenda, através da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, que se encontrem mecanismos de compensação financeira, bem como de reforço do acompanhamento das explorações vitícolas, a fim de atenuar os graves prejuízos decorrentes da quebra de produção em várias ilhas do arquipélago dos Açores.

IFAP

Portaria nº 86/2011, de 25/2

Aprova o Regulamento Geral de Procedimentos de Acesso às Ajudas e aos Pagamentos a efectuar pelo IFAP.

SAÚDE ANIMAL

Portaria nº 96/2011, de 8/3

Segunda alteração à Port. nº 178/2007, de 9 de Fevereiro, que regulamenta o exercício das competências ou atribuições das diferentes entidades que participam na execução das intervenções sanitárias do programa nacional de Saúde Animal, bem como a modalidade de apoios do Estado às acções executadas pelas organizações de produtores pecuários e, ainda, o pagamento pelos criadores das acções executadas pelos serviços oficiais.

ENERGIA

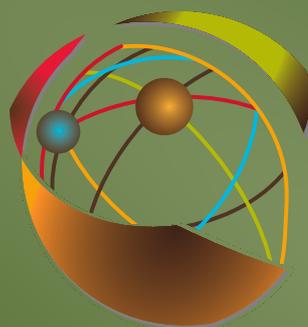
Decreto-Lei nº 43/2011, de 8/3

Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de miniprodução.

VINHOS

Portaria nº 108/2011, de 14/3

Reconhece a denominação (DO) “Távora-Varosa” e a indicação geográfica (IG) “Terras de Cister”, de que poderão beneficiar os vinhos tintos, brancos, rosados e espumantes, produzidos na respectiva região demarcada.



GLOBALCoop

Cooperativa Agrícola Transnacional, CRL



GLOBALZoo
Nutrição Animal

Leites de Substituição
Alimentos Compostos de Iniciação
Correctores Minerais e Vitamínicos
Especialidades
Balões e Blocos de Lamber
Outros





SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola
A AJAP é Valor para o Agricultor

ADIRA ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE

SEGURANÇA NO TRABALHO



PARA VALORIZAR
A SUA EXPLORAÇÃO

CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO